

**HABEAS CORPUS Nº 501.885 - SC (2019/0092543-0)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**VANESSA MORITZ LUZ - MT023305B**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE : A B H (INTERNADO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **A.B.H.**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Consta nos autos que a paciente teve julgada procedente a representação formulada contra si para aplicar a medida socioeducativa de internação pela prática da infração análoga ao disposto no art. 155, *caput*, do Código Penal.

Irresignada, a defesa interpôs apelação perante o Tribunal de origem, que negou provimento ao recurso defensivo em decisão assim ementada:

"APELAÇÃO. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE FURTO (ART. 155, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL). SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO. RECURSO DA DEFESA. PEDIDO DE IMPROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO. ALEGAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. NÃO OCORRÊNCIA. AUTORIA VERIFICADA POR MEIO DA PALAVRA FIRME E COERENTE DA VÍTIMA EM AMBAS AS FASES PROCEDIMENTAIS, QUE RECONHECEU A ADOLESCENTE COMO SENDO A AUTORA DA INFRAÇÃO. DEPOIMENTOS DA TESTEMUNHA E CONFISSÃO DA ADOLESCENTE QUE SE COADUNAM COM AS DECLARAÇÕES DA VÍTIMA. SENTENÇA MANTIDA.

Nos atos infracionais contra o patrimônio, geralmente praticados na clandestinidade, nem sempre há testemunhas presenciais além da própria vítima, de forma que a palavra desta, como meio de prova, detém fundamental importância e, somada aos demais elementos obtidos no curso do processo, autoriza a procedência da representação.

APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA MAIS BRANDA. INVIABILIDADE. ADOLESCENTE CONTUMAZ NO COMETIMENTO DE ATOS INFRACIONAIS CONTRA O PATRIMÔNIO. MEDIDAS EM MEIO ABERTO QUE JÁ FORAM APLICADAS E NÃO A RETIRARAM DA SENDA DO CRIME. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 122, INC. I, DO ECA. CONDIÇÕES PESSOAIS DA ADOLESCENTE, ADEMAIS, QUE DEMANDAM UMA MAIOR INTERVENÇÃO DO ESTADO. REPRESENTADA EM SITUAÇÃO DE RUA, USUÁRIA DE DROGAS E COM FAMÍLIA DESESTRUTURADA. MEDIDA DE INTERNAÇÃO MANTIDA.

A internação é medida excepcional, aplicada somente em três casos,

quais sejam: quando o adolescente praticar ato infracional mediante grave ameaça ou violência à pessoa; por reiteração no cometimento de outras infrações graves ou, ainda, por descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta (artigo 122 da Lei nº 8.069). Nesses termos, comprovado nos autos que o adolescente reiteradamente pratica atos infracionais graves, adequada é a aplicação da medida de internação.

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO." (e-STJ, fls. 234-235).

Neste *writ*, a impetrante alega, em síntese, que: a) a despeito de outras "passagens", não foi condenada com trânsito em julgado pela prática de outro ato infracional. Não há trânsito em julgado da sentença que acolheu a representação e aplicou medida socioeducativa; b) "No mais, o quadro de dependência química e o fato de ser moradora de rua, não podem lastrear a medida de internação, seja porque não há previsão legal para tanto, seja porque uma institucionalização não pode ser visualizada como a medida adequada para sanar tais questões"; c) "Ainda, no que diz respeito à gravidade do ato, não se visualizou, tendo em vista se tratar de um furto de aparelho celular, praticado sem violência e grave ameaça." (e-STJ, fl. 8) e d) "o suposto ato infracional praticado não excedeu a normalidade do delito em espécie, jungindo-se a um furto simples de aparelho celular." (e-STJ, fl. 9).

Requer, assim, a concessão liminar da ordem para que seja determinada a aplicação de medida socioeducativa de meio aberto.

**É o relatório.**

**Decido.**

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Ademais, não é recomendável o deferimento de liminar que se confunde com o mérito da pretensão formulada no *habeas corpus* (HC 306.389/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 14/10/2014; HC 306.666/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe de 13/1/2014).

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se, à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeira instância, informações - a serem prestadas por malote digital, preferencialmente - e a senha de acesso para consulta ao processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer. Cumpridas as diligências acima referenciadas, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
Relator